

## Capítulo 8 – Produção capitalista, alienação e camponeses. Uma reflexão socioecológica relativamente ao desenvolvimento e observância dos direitos humanos

Pablo Gilolmo Lobo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOBO, P. G. Produção capitalista, alienação e camponeses. Uma reflexão socioecológica relativamente ao desenvolvimento e observância dos direitos humanos. In: MARTINS, B.S., SANTOS, A.C., and LOPES, S., eds. *As sociedades contemporâneas e os direitos humanos* = Contemporary societies and human rights [online]. Ilhéus: EDITUS, 2018, pp. 199-224. ISBN: 978-85-7455-525-6. <https://doi.org/10.7476/9788574555256.0012>.

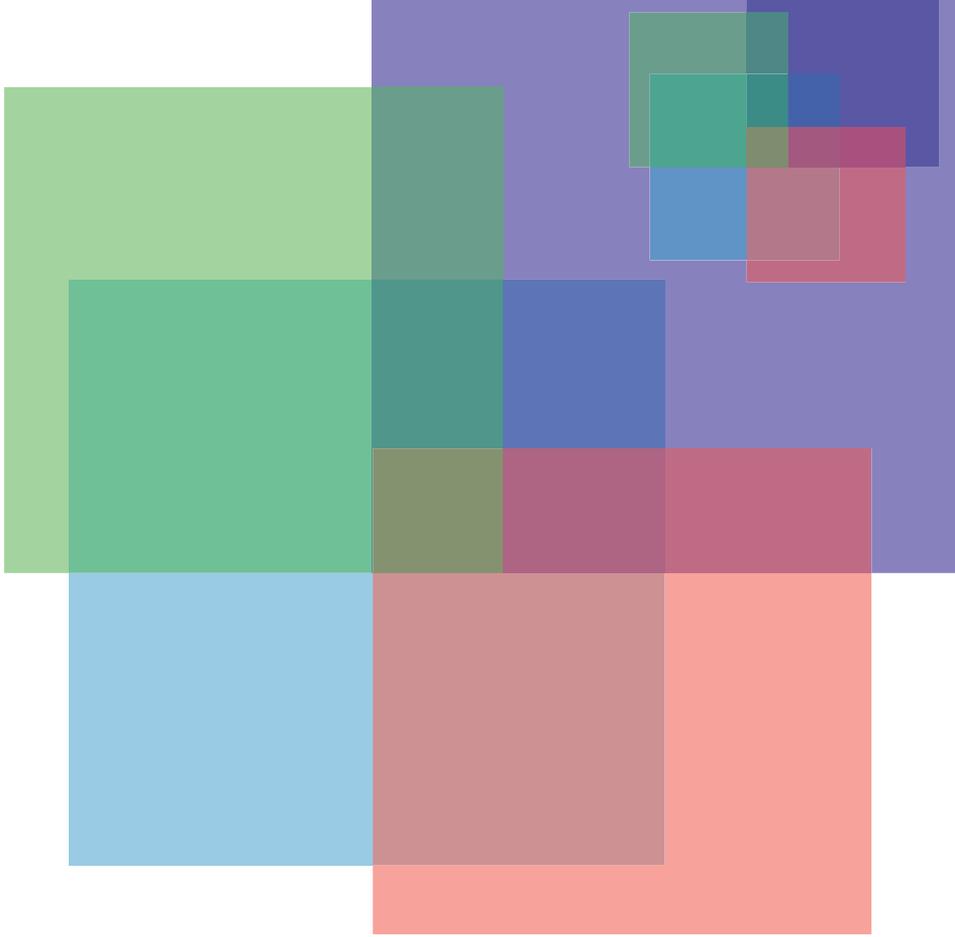
---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## CAPÍTULO 8

# Produção capitalista, alienação e camponeses. Uma reflexão socioecológica relativamente ao desenvolvimento e observância dos direitos humanos

*Pablo Gilolmo Lobo\**

## **Introdução**

As crises da acumulação de capital foram historicamente ultrapassadas pela expansão dos nichos disponíveis para investimentos de capital ou pelo aumento do nível de exploração daqueles que já estavam ao seu alcance (HARVEY, 2011). O objetivo é, em ambos os casos, alcançar continuamente a missão principal do capital: gerar mais capital<sup>1</sup>, uma vez que capital estagnado é capital que está

---

\* Doutorando do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. *E-mail*: <gilol99@hotmail.com>; Bolseiro de Doutoramento FCT (PD/BD/114079/2015).

<sup>1</sup> Quando se usa o “capital” como sujeito de uma frase, não significa que este possui vontade ou raciocínio. De um ponto de vista marxista, o capital não é uma pilha de coisas ou de dinheiro, ainda que as coisas ou o dinheiro possam, de fato, objetificá-lo ou representá-lo. O capital é, fundamentalmente, um conjunto de relações sociais ou, por outras palavras, um sistema de relações sociais através do qual uma certa classe de pessoas ganha o poder, a capacidade de explorar o trabalho dos outros para benefício próprio. Portanto, quando se diz, por exemplo, que “o capital precisa...” ou “o objetivo do capital...”, é apenas uma forma mais simples de dizer “este sistema de relações sociais em particular precisa, para a sua continuidade ou para a sua reprodução...”.

a perder o seu valor (HARVEY, 2011). A última vez que o capital reinventou amplamente os seus nichos de investimento foi quando financializou a economia mundial, principalmente da década de 1970 em diante. No entanto, esta forma artificial de gerar lucro revelou-se nula quando a bolha financeira finalmente explodiu em 2008, uma vez que “não existe uma economia desmaterializada. Todos os dados empíricos mostram que o crescimento económico requer um aumento no consumo de materiais e de energia” (REYES, 2016, s/p).

“A economia financeira faz parte das mais-valias da economia produtiva e multiplica-as — mas apenas aparentemente (gera mais dinheiro, mas não mais capital)” (REYES, 2016, s/p). Após a explosão da bolha financeira, podemos agora testemunhar um montante de capital estagnado (*i.e.*, capital que não foi investido), que é tão gigantesco que as taxas de juro na Europa foram fixadas praticamente a 0% numa tentativa de impedir que este capital não investido (ou estagnado) perdesse o seu valor com o tempo. Os investidores até estão a comprar a dívida pública de países como a Alemanha com taxas de juros negativas, isto é, estão a pagar para emprestar dinheiro. Uma explicação possível é que os investidores perdem menos ao pagar estas taxas de juros negativas do que ao manter o capital estagnado nos bolsos.

Para além da intensificação da exploração das periferias mundiais, hoje em dia, o nível de exploração dos nichos existentes está a aumentar, particularmente, ao atacar os Estados sociais periféricos da Europa, ao diminuir as condições de trabalho e ao tornar os serviços públicos disponíveis para jogos de mercado (*i.e.*, privatização dos sistemas de saúde e da educação). Por outro lado, uma das formas atuais de expansão consiste na invenção de um novo nicho de investimento, nomeadamente através da mercantilização de serviços naturais — o chamado novo paradigma económico verde. Comercializar serviços naturais, tais como a capacidade de as florestas absorverem CO<sub>2</sub>, representa um novo e

imenso nicho para investir. Para este novo nicho de investimento, estes serviços naturais são ambos teoricamente infinitos e possuem um apoio material, mantendo, por isso, a principal virtude da economia financeira inalterada, enquanto, ao mesmo tempo, evitam o seu maior problema: o caráter fictício da reprodução do capital financeiro. Contudo, as consequências antiecológicas desta economia verde já foram bem documentadas<sup>2</sup>.

Se a economia verde for bem-sucedida ao conseguir que o capital ultrapasse a atual crise de acumulação ao transformar o aquecimento global numa fonte de lucro e se, no decorrer do processo, a crise climática na verdade piorar, o paradoxo residirá então no próprio dispositivo e reportório ecológicos, dos quais o capitalismo — enquanto conjunto específico de relações sociais — depende para se reinventar. Para evitar o colapso da acumulação, o capitalismo utiliza um mecanismo que representa as suas falhas e mecanismos de opressão. Será o capitalismo capaz de abranger todos estes paradoxos ao desafiar os limites naturais do planeta para provocar uma destruição ambiental que ameça não só o modo de produção capitalista, mas também toda a humanidade? Não restam dúvidas: se sim, precisamos de alternativas urgentemente. E não apenas de um certo tipo de *capitalismo mais igualitário* que distribua a exploração laboral e o capital acumulado de forma mais equitativa.

## **1 Enquadramento teórico: a relação entre a sociedade e a natureza**

A relação entre a sociedade capitalista e a natureza é um tema complexo e muito debatido. No livro *Varieties of Environmentalism: Essays North and South*, Guha e Martínez Alier (2013) abordaram o tópico ao identificar um tipo específico de conflito social, nomeadamente os conflitos socioambientais que surgem como resultado das

---

<sup>2</sup> Por exemplo, Burkett (1999), Foster (2000) e Guha e Martínez Alier (2013).

consequências ambientalmente nefastas das atividades econômicas. Estas consequências, ou *externalidades*, estão distribuídas de forma irregular pelos diferentes grupos populacionais do planeta. Assim, isto leva à emergência de uma consciencialização de resistência que os autores apelidaram de “ambientalismo dos pobres”. Este conceito capta as desigualdades baseadas na classe relativamente a este tipo de conflito, apesar de o impacto desigual da destruição ambiental intersectar outras categorias como a raça, o gênero ou a localização. Seguindo esta abordagem, Guha e Martínez Alier (2013, p. 31) definem a ecologia política como o estudo dos conflitos de distribuição ecológica: “as assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso que os humanos fazem dos recursos e dos serviços ambientais, i.e., na exaustão dos recursos naturais (incluindo a perda da biodiversidade) e nos fardos da poluição”.

Enquanto o ambientalismo dos pobres tem um enorme potencial para a observação de problemas ecológicos como uma dimensão notável da luta de classes (o que contrasta com as preocupações ecológicas, estéticas ou pós-materialistas da classe média), também tem o potencial para induzir algum tipo de simplificação relativamente às implicações mais graves dos conflitos socioambientais. A simplificação poderá ser uma consequência de colocar a distribuição desigual como o tópico central da análise. Apesar de os autores afirmarem que estes conflitos representam de fato contradições sociais mais profundas, estes não se tornam facilmente evidentes a partir da sua abordagem. As consequências desta simplificação não são pequenas, uma vez que poderá perder a unidade sistêmica formada pela produção e pela distribuição dentro da estrutura maior da criação e troca de valor. Portanto, arrisca-se a assumir que, assim que a distribuição seja corrigida, os padrões econômicos injustos poderão ser resolvidos. Comete-se um erro semelhante quando se afirma que a pobreza é uma consequência da distribuição injusta de riqueza, não da sua ausência, perdendo-se totalmente o papel da organização da produção e da criação de valor.

Uma abordagem alternativa seria focar-nos na forma como a produção de riqueza está organizada dentro do sistema capitalista e como é que, por sua vez, ela impõe a uma distribuição desigual conforme a necessidade; caso contrário, a reprodução de capital (o único propósito do capital) estagnaria. Deste ponto de vista, é a produção e a forma como esta está organizada que impõe forçosamente as desigualdades na distribuição, não a distribuição propriamente dita. No entanto, há autores importantes que apresentam o mercado (ou seja, o sistema de relações sociais e os processos que regulam a troca/transação/distribuição dos bens, produtos e ativos) como o principal determinante do modo de produção capitalista e das desigualdades subsequentes. Como Karl Polanyi (2001 [1944], p. 136-137) teorizou:

A produção é a interação do homem e da natureza; se este processo for organizado através de um mecanismo de autorregulação de permuta e troca [o mercado], então os homens e a natureza têm de ser trazidos para a sua órbita; devem ser objeto da oferta e da procura, ou seja, serem tratados como mercadorias, como bens produzidos para venda. Foi precisamente isto o estipulado sob o sistema de mercado. O homem em nome do trabalho, a natureza em nome da terra, foram disponibilizados para venda; o uso da mão-de-obra poderia ser comprado e vendido universalmente a um preço chamado salários e o uso da terra poderia ser negociado por um preço chamado renda.

Mas a questão é que a abordagem causa-efeito não capta plenamente a complexidade das inter-relações entre as diferentes esferas do modo capitalista de produção, nem, portanto, entre a sociedade e a natureza. Mesmo de uma perspectiva histórica, não se pode afirmar que a emergência de algum elemento ou característica anterior tenha resultado no desenvolvimento de outros elementos ou características resultantes do sistema capitalista. Como afirma Maurice Godelier (1987, p. 8):

É imediatamente evidente que nenhum destes quatro elementos surgiu pela primeira vez nos tempos modernos.

Produzir mercadorias, fazer dinheiro com dinheiro, usar trabalhadores assalariados, produzir com base na propriedade privada dos meios de produção, são todas relações sociais presentes em sociedades e épocas passadas. O caráter específico da forma de produção capitalista reside no facto de se combinarem estas diferentes relações.

Apenas uma abordagem dialética pode, assim, ser útil para entendermos estas complexidades. Para clarificar, olhar para o capitalismo de uma perspectiva contemporânea e também histórica enquanto um conjunto de inter-relações entre diferentes relações sociais (incluindo o mercado), que se codeterminam, e não como uma cadeia causal de eventos históricos que determina a forma do próximo. O principal problema com as abordagens mecanicistas que isolam os elementos é a tendência para assumir a possibilidade de um capitalismo mais humano ao reformar algumas das suas facetas. Muitos autores depois do próprio Marx, tal como David Harvey, defenderam que o capitalismo mais equitativo, para não dizer justo, é simplesmente uma contradição em si mesma (HARVEY, 2011). Isto não significa que o mercado não impõe um papel regulador à produção, mas que este papel está, ao mesmo tempo, subordinado à criação de valor de modo geral:

A relação salário-trabalho pressupõe um corte dos laços sociais dos trabalhadores com as condições de produção necessárias e uma subordinação da produção dos valores de uso necessários (bens de consumo dos trabalhadores, mais meios de produção reproduzíveis) para o poder económico regulador dos valores de troca [aqui, o mercado] [...]. Esta subjugação do valor de uso ao valor de troca poderá também ser vista como *uma subordinação do valor inferior do valor de troca e do valor de uso como uma forma social mais geral*; [...], sob a alçada do capitalismo, os valores de troca tornam-se formas particulares (e os valores de uso os depositários particulares) de valor como tal — de tempo de trabalho social abstrato ou homogéneo [aqui, produção] (BURKETT, 1999, p. 80, grifo nosso).

Enquanto uma abordagem socioecológica tem presente o caráter dialético da relação entre o mercado e a produção, há a necessidade de mencionar que todas as análises precisam de um ponto de partida. Neste capítulo, começarei da perspectiva da produção para destacar algumas características organizativas do capitalismo moderno que resultam na destruição ambiental contra os interesses da humanidade como um todo. Todavia, de uma perspectiva de produção, estas características estão inevitavelmente envolvidas na distribuição desigual inerente ao sistema de mercado e ao conflito que este gera. Como resultado, pretendo analisar estruturalmente a relação entre o capitalismo, a sociedade e a natureza e não apenas as manifestações conflituosas que resultam das suas contradições. Isto aparenta ser um ponto de partida promissor, em particular se o objetivo é propor alternativas adequadas às necessidades humanas socialmente definidas, ou entender o “direito ao desenvolvimento” (tal como é reconhecido no Artigo 22 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos), aqui entendido como o direito a satisfazer as necessidades materiais, de outra forma conceptualizados como direitos sociais e econômicos.

Vários autores envolveram-se a fundo na ecologia social, um enquadramento desenvolvido a partir de uma perspectiva dialético-materialista para executar este trabalho teórico complexo de identificação dos elementos do capitalismo que moldam as relações da natureza humana de uma forma tão (auto)destrutiva. Neste capítulo, apoiar-me-ei principalmente nas contribuições de John Bellamy Foster (2000) e Paul Burkett (1999). Ambos rejeitaram que Marx tenha desvalorizado o papel da natureza na sua análise da sociedade capitalista. No entanto, ao seguir estes autores, não é minha intenção envolver-me no debate escolástico sobre o que Marx realmente disse ou não. Pelo contrário, o objetivo aqui é adotar uma abordagem materialista da ecologia, de forma a que permita a discussão sobre as causas estruturais das desigualdades globais e da destruição ambiental, segundo este ponto de vista. Um

dos principais aspectos das abordagens de Burkett e Foster é que eles seguem a conceptualização de Marx da realidade, incluindo a natureza, como sendo “social e material” (BURKETT, 1999, grifo do autor). Por outras palavras, há um “holismo relacional” (BURKETT, 1999), de outro modo também caracterizável como uma relação dialética, entre a realidade como sendo socialmente/historicamente construída (podemos assumir que de forma diferente em alturas e lugares diferentes) e como uma materialidade que não depende de modo algum da definição humana (FOSTER, 2000).

Ambos os aspectos, tanto o social como o material, são combinados, interligados, codeterminados e contraditórios, e ambos têm implicações importantes para o propósito de identificar e discutir essas características da produção capitalista que andam, inevitavelmente, de mãos dadas com a destruição social e ambiental, com as desigualdades distributivas e com os conflitos associados. Algumas destas características serão aqui discutidas: i) a separação dos trabalhadores das condições naturais de produção como um requisito para os outros explorarem o trabalho e para a extração de mais-valias; ii) a determinação da produção segundo as necessidades do capital em vez das necessidades humanas, o que, na prática, inviabiliza a concretização dos direitos humanos, uma vez que resulta numa definição bastante desumana das necessidades humanas, e iii) como isto, por sua vez, leva a que a acumulação capitalista seja a única forma possível de gerar desenvolvimento material, isto é, de gerar e organizar um processo de produção capaz de satisfazer essas necessidades humanas.

Na discussão, a produção capitalista será, da mesma forma, contrastada com a potencialidade dos camponeses autônomos gerarem alternativas viáveis. Contudo, é necessário reconhecer que estes aspectos estão profundamente interligados e, além disso, fazem parte de uma unidade maior que inclui muitos mais elementos que não podem ser tratados neste capítulo.

## 2 Separação do trabalho das condições de produção

Não é a unidade da vivência e da humanidade ativa com as condições naturais e inorgânicas da sua troca metabólica com a natureza, e conseqüentemente a sua apropriação da natureza, que requer explicação ou é o resultado de um processo histórico, mas sim a separação entre estas condições inorgânicas da existência humana e esta existência ativa, uma separação que é completamente postulada apenas na relação do trabalho assalariado e do capital (MARX apud FOSTER, 2000, p. 1).

Uma das principais características do modo de produção capitalista é a separação dos meios sociais e naturais e das condições de produção que este impõe aos trabalhadores<sup>3</sup>. Mas a produção é normalmente entendida como uma produção de mercadorias ou, pelo menos, uma produção de objetos materiais. Porém, o conceito de produção de Marx deve ser tido em consideração como sendo muito mais abrangente, como sendo coerente com o significado amplo de materialismo por oposição ao idealismo<sup>4</sup>. Desta forma, a produção refere-se a todas as relações: entre humanos e entre humanos e a realidade não humana, que moldam (produzem) a vida social. Nas palavras do próprio Marx (2001 [1859], p. 2) ao se referir aos indivíduos sociais, ele fala de “produção social das suas vidas”. Sobretudo, inclui a produção material necessária para a sobrevivência humana, mas também a produção de necessidades, afetos, laços sociais, normas, acordos, estruturas políticas e outras coisas mais. Por isso, ao reconhecer a produção tal como é definida pelo capitalismo, destaco a produção de todos estes elementos para a vida social no sentido mais lato. Sobre a relação entre a sociedade e a natureza, a produção não tem, do mesmo modo, apenas a ver com produzir comida ou extrair matérias-primas, mas também

---

<sup>3</sup> Ver Burkett (1999).

<sup>4</sup> Partimos do princípio de que a produção se refere apenas a mercadorias, porque Marx se preocupa principalmente em explicar a criação de riqueza no sistema capitalista, e a riqueza capital é apenas “um pacote gigante de mercadorias” (MARX, 2010 [1867], p. 43).

com a produção de territórios, laços com a natureza, cosmovisões, etc. Por conseguinte, a relação entre o trabalho e o capital tem consequências para além do domínio da produção de mercadorias ou da exploração de recursos; em vez disso, ela molda todo o conjunto de relações dentro da sociedade e entre a sociedade e a natureza.

Para o colocar em termos mais claros, “Marx especifica o capitalismo como a ‘decomposição da união original existente entre os homens trabalhadores e os seus meios de trabalho’ [...] e a separação das condições de produção necessárias [tais como a natureza]” (BURKETT, 1999, p. 230). E a forma primária de alienação de um produtor é a sua separação da terra<sup>5</sup>. De fato, a alienação dos trabalhadores em relação a terra é não só uma característica fundamental da produção capitalista, mas é também a essência da sua gênese histórica. Na transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, os servos perderam o seu vínculo com a terra e, apesar de isto significar que estavam livres do poder discricionário do senhor feudal, também significava que, enquanto trabalhadores livres que não possuíam nada, a única opção que lhes restava para satisfazerem as suas necessidades materiais era vender a sua força de trabalho aos outros. Este carácter livre do trabalhador lança os alicerces para o capitalismo e este é construído sobre a apropriação capitalista das condições de produção e a privatização dos meios de produção. Aqui, estamos interessados principalmente na apropriação livre das condições naturais, apesar de estas estarem forçosamente ligadas às condições sociais, da mesma forma, livremente apropriadas pelo capital.

Uma mercadoria, tal como todos os valores de uso, é um produto tanto do trabalho como da natureza. O valor, a substância da riqueza na sua forma especificamente capitalista, é, porém, simplesmente o tempo de trabalho social abstrato

---

<sup>5</sup> Apesar disso, há outras formas de separação das condições de produção que operam no sistema capitalista. Como afirma Angela Davis (1983), o trabalho doméstico das mulheres não faz parte do sistema capitalista de produção, mas é uma *pré-condição* para a produção da qual o capital se apropria livremente, tal como o faz com a natureza.

objetificado em mercadorias. Quantitativamente, o capitalismo apenas atribui valor à natureza na medida em que a sua apropriação requer trabalho, ainda que a contribuição da natureza para a produção — e para a vida humana em geral — não seja materialmente reduzível a este trabalho de apropriação. Em suma, a forma de valor extrai qualitativa e quantitativamente das características úteis e vitais da natureza, embora o valor seja uma forma particular de riqueza — uma objetificação social particular tanto da natureza como do trabalho. Esta contradição ajuda a explicar a tendência do capitalismo para despojar o seu ambiente natural. [...] A queixa comum de que a teoria marxiana do valor reconhece inadequadamente o papel produtivo das condições naturais limitadas, deve ser redirecionada para o próprio capitalismo (BURKETT, 1999, p. 80).

Embora a análise de Marx fosse de fato baseada na transição europeia do feudalismo para o capitalismo, a apropriação livre das condições naturais — tais como a privatização da terra — tem o mesmo efeito de separar o trabalhador destas condições naturais, independentemente de qual fosse o modo de produção anterior em qualquer local em particular. Esta separação torna os produtores proprietários apenas da sua força de trabalho, que vendem, mesmo assim, como forma de sobrevivência. Estudar os diferentes processos de transição rumo ao capitalismo é uma tarefa importante, mas não é o objetivo específico deste capítulo. Desta forma, mantendo uma perspectiva generalista por agora, num contexto mais abrangente, pode-se afirmar que são duas as consequências desta separação das condições naturais de produção.

Por um lado, esta separação implica que se superem as limitações de produção impostas pelas condições naturais de um determinado local (BURKETT, 1999). O caráter livre do trabalho permite que o capital expanda a esfera de produção e crie um mercado mundial de energia e matérias-primas, de forma a superar estas limitações específicas. “Assim, o capitalismo supera limites naturais específicos apenas ao aumentar a pressão sobre a biosfera global no seu todo” (BURKETT, 1999, p. 79). A eliminação destes

limites e o caráter de produção sem limites resultante levam a um aumento enorme na quantidade de riqueza criada e, desta forma, constitui um grande potencial para satisfazer completamente as necessidades materiais humanas. No entanto, por outro lado, esta separação significa que os trabalhadores, a sociedade, já não têm controle sobre a sua própria relação com as condições naturais específicas (BURKETT, 1999). Ao invés, o capital ganha controle e, uma vez que o único objetivo do capital é gerar mais capital, este uso das condições naturais passa a ser controlado pelas atividades geradoras de lucro (é o caso das condições sociais de produção), definindo assim o que é produzido e como é produzido numa relação com a natureza que se baseia apenas nos requisitos do capital e não nas necessidades humanas.

### **3 Necessidades humanas determinadas pelo capital enquanto motor de desenvolvimento**

Uma mercadoria é primeiramente um objeto externo, uma coisa que satisfaz as diversas necessidades humanas através das suas qualidades. A natureza destas qualidades é irrelevante, por exemplo, não faz diferença se são oriundas do estômago ou da fantasia (MARX, 2010 [1867], p. 43).

Na realidade, é indiferente para o capital, no seu objetivo permanente e único de gerar mais capital, que tipo de necessidades as mercadorias vendáveis irão satisfazer. Mas faz uma grande diferença para a sociedade, e para a satisfação das nossas verdadeiras necessidades humanas, isto é, para a realização do direito ao desenvolvimento. Talvez a forma mais direta de olhar para isto seja contemplar a forma como a produção das mercadorias é determinada pelas exigências do mercado e, por sua vez, que a única verdadeira exigência do mercado é o lucro. Portanto, a imensa quantidade de recursos gastos a criar necessidades fictícias e a sua naturalização

enquanto realidades sociais, que pretendem expandir as exigências do mercado, é melhor explicada deste ponto de vista.

Todavia, se tivéssemos de definir objetivamente quais são as verdadeiras necessidades humanas, provavelmente ficaríamos com um conjunto muito simples de requisitos, talvez apenas os indispensáveis para sustentar a vida num sentido biológico. Com efeito, com esta abordagem, restariam poucas diferenças entre nós e os animais não humanos. Portanto, vamos partir do princípio de que a subjetividade e a intersubjetividade desempenham um papel proeminente na definição daquilo que são as necessidades humanas, levando assim à questão de como é que a subjetividade e a intersubjetividade são construídas numa sociedade capitalista. Se virmos desta perspectiva, e seguindo a explicação de Foster (2000) sobre o que é o materialismo (acima), não há nada de pós-materialista em salientar a subjetividade e a intersubjetividade. Tal como a exploração do trabalho apenas é possível ao alienar os produtores das suas condições de produção naturais e sociais, a capacidade do capital de determinar as necessidades humanas apenas é possível ao alienar a nossa subjetividade.

Contudo, de uma perspectiva socioecológica, o ponto central é a forma como estas necessidades fictícias desempenham um papel ao criar um mercado para o enorme aumento da produção de mercadorias, uma vez que agora não existem limitações de condições naturais específicas (um aumento tão grande que pode chegar a atingir a destruição ambiental a uma escala planetária), e a forma como é possível que, ao mesmo tempo, as necessidades humanas mais básicas permaneçam por satisfazer para a grande maioria da população mundial. Por outras palavras, tem a ver com a explicação sobre como a produção de mercadorias pode aumentar de forma tão tremenda que ameaça os limites naturais, ao mesmo tempo que é incapaz de satisfazer as necessidades humanas, incluindo as mais básicas. Para além do fato de o capital precisar de uma reserva de mão de obra estagnada na pobreza para assegurar o

fornecimento permanente de mão de obra barata, a explicação é relativamente simples: satisfazer as necessidades básicas não é o nicho de investimento mais lucrativo para o capital. Pode ser suficientemente lucrativo em muitos casos, mas não para o capital como um todo. Na agricultura, por exemplo,

a dependência que o cultivo de determinados produtos agrícolas tem das flutuações dos preços de mercado e as mudanças contínuas deste cultivo devido a estas flutuações de preços — todo o espírito da produção capitalista, que é direcionada para o ganho imediato de dinheiro — entram em contradição com a agricultura, que tem de prestar assistência a toda a diversidade de necessidades permanentes da vida exigidas pela cadeia de sucessivas gerações (MARX apud BURKETT, 1999, p. 89).

Portanto, o potencial para satisfazer as necessidades humanas suscitado pelo aumento da produção de mercadorias (conseguido, por entre outros fatores, pela superação de determinados limites naturais) é desvirtuado pela definição do capital das necessidades a satisfazer. Por outras palavras, o próprio capital exclui a possibilidade de alcançar as mesmas potencialidades que ele cria.

Contudo, é óbvio que no passado escolhemos a arma errada para a nossa luta, porque escolhemos o dinheiro como arma. Estamos a tentar superar a nossa fraqueza económica usando as armas dos que são economicamente fortes — armas que na realidade não possuímos. Pelos nossos pensamentos, palavras e ações, parece que chegámos à conclusão de que, sem dinheiro, não podemos concretizar a revolução que queremos alcançar. Como se tivéssemos dito: “O dinheiro é a base do desenvolvimento. Sem dinheiro, não pode haver desenvolvimento” (NYERERE, 1968, p. 19).

Anular o seu próprio potencial parece uma consequência obrigatória do objetivo único do capital de gerar mais capital. Então, levanta-se uma questão: faz sentido considerar a acumulação de capital a forma única e necessária de alcançar o desenvolvimento humano, de satisfazer as necessidades humanas? Talvez seja preciso

adotar uma abordagem alternativa à acumulação, como alguns autores referem, “acumulação a partir de baixo”<sup>6</sup>. Possivelmente, este tipo de acumulação implicaria um conjunto diferente de relações sociais, no qual o objetivo de aumentar a riqueza teria de ser coerente com as necessidades socialmente definidas<sup>7</sup>. No entanto, para enfrentar a hipótese postulada — *i.e.*, a acumulação capitalista não resulta no desenvolvimento humano porque este não é o nicho mais lucrativo para o investimento — houve, historicamente, uma resposta política central: o Estado. Os Estados socialistas assumiram a tese da progressividade histórica do capitalismo<sup>8</sup>, mas mesmo ao aceitar esta tese, podemos ainda colocar outra questão: será o Estado capaz de organizar (ou controlar, ou manipular) o capital de modo a que este satisfaça as necessidades humanas, incluindo a necessidade de sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo que evita uma crise de acumulação de capital ou uma crise devido a taxas de lucro insuficientes?<sup>9</sup> Teoricamente, parece ser um desafio maior. Historicamente, este desafio nunca foi completamente enfrentado. Apesar de não desvalorizar os ataques imperialistas que colocaram os Estados socialistas sob enormes pressões de todas as vezes que tentaram fazê-lo, estes Estados apoiaram-se em fontes externas de capital ou ainda basearam o seu crescimento nas condições exploradoras do trabalho dos seus cidadãos. Mas,

---

<sup>6</sup> Ex. Moyo (2007).

<sup>7</sup> Isto é, não a acumulação dos elementos sociais e materiais que sustentam as relações de trabalho sociais exploradoras.

<sup>8</sup> Já discuti a questão da progressividade histórica do capitalismo noutro artigo, argumentando, por exemplo, que a ligação necessária entre o capitalismo e o colonialismo coloca o problema inevitável de que as nações do Sul Global não têm mais mundo para colonizar à sua disposição, portanto não é possível que desenvolvam o capitalismo segundo os seus padrões; as únicas tentativas (parciais) de o fazer andaram de mãos dadas com o subimperialismo — uma solução pouco desejável.

<sup>9</sup> Pode-se afirmar, neste contexto, que, na realidade, já temos o melhor capitalismo possível e que o capital está certo ao impor a austeridade e a privatização, uma vez que, de outra forma, o sistema entraria em colapso. Isto estaria correto apenas, claro, se tomássemos como garantido que o objetivo deveria ser manter o sistema capitalista a funcionar.

independência significa autonomia. A independência não é real se uma nação depender de doações e empréstimos de outra para o seu desenvolvimento. [...] Como podemos depender de empresas e governos estrangeiros para a maior parte do nosso desenvolvimento, sem dar a esses governos e países uma grande parte da nossa liberdade de agir como entendemos? A verdade é que não podemos (NYERERE, 1968, p. 24-25).

Esta citação de Julius Nyerere (1968), líder na luta pela independência e presidente da Tanzânia até 1985, tem a intenção de apresentar um elemento final para a análise, nomeadamente a tensão Norte/Sul inerente ao sistema mundial capitalista (e colonialista e patriarcal). Se a análise dos elementos discutidos até este ponto é relevante, é fundamentalmente porque eles são essenciais para quebrar um sistema capitalista global que impõe um certo papel às nações do Sul, nomeadamente o papel de serem exploradas para a acumulação ser direcionada para os monopólios de capital do Norte. Apresentar formas de quebrar os elementos estruturais neste conjunto explorador de relações sociais (como tento fazer na seção seguinte) é provavelmente uma contribuição para o objetivo mais geral de criar emancipação social no Sul.

#### **4 Discussão: a autonomia dos camponeses como base para uma alternativa às relações capitalistas entre a sociedade e a natureza**

A característica mais básica do comunismo na projeção de Marx é a superação da separação social capitalista dos produtores e das condições necessárias de produção. A nova união entre os produtores e as condições de produção envolve uma total desmercantilização da mão-de-obra para além de um novo conjunto de direito de propriedade comunitários (BURKETT, 1999, p. 230).

Nyerere (1968) defende que a dependência do capital externo é uma forma de coação que afeta especificamente as nações do Sul, o que inviabiliza qualquer possibilidade de alcançar os objetivos

nacionais de desenvolvimento, uma vez que ficam sob o comando do objetivo único do capital (do Norte) de gerar mais capital (para ser acumulado, mais uma vez, no Norte). Esta dependência pode assumir várias formas, tais como *doações* ou empréstimos. No caso da produção agrícola, a dependência vem atualmente da provisão de investimentos e da mercantilização de resultados e da privatização da terra. Os investimentos para a agricultura industrializada, mesmo a uma pequena escala ou ao nível de uma agricultura familiar, dependem dos monopólios de capital do Norte, nomeadamente dos da indústria química que fornece fertilizantes e pesticidas, assim como os da indústria das sementes. Estas combinaram-se de tal forma que as sementes que fornecem (híbridas e geneticamente modificadas) precisam dos químicos que eles próprios vendem para crescer. Esta conjuntura significa que, ano após ano, o agricultor depende destes monopólios de capital para continuar com a produção. Por outro lado, os mercados fixam preços através da especulação, detendo assim também o poder de definir o que e quando cultivar lucrativamente.

Além disso, o papel da natureza na valorização dos produtos agrícolas está fora da equação, o que, por sua vez, significa que a natureza se torna marginalizada no processo de produção. As condições naturais são, portanto, substituídas por um conjunto de uniformizações industriais, as únicas condições naturais que realmente permanecem como parte do processo produtivo são o espaço físico que a cultura ocupa e a água (se disponível no local), ambas, em qualquer dos casos, mercantilizadas através da privatização. Isto significa, por sua vez, que o camponês, ainda que esteja em contato próximo com as condições de produção naturais (nomeadamente a terra e o seu ecossistema), aliena-se delas na mesma. As consequências desta separação, como já vimos, implicam uma definição desumana das necessidades humanas (daquilo que se produz) e significa que a acumulação capitalista é a única forma possível de produzir o desenvolvimento humano. Então, como se pode reverter

esta situação? Como acabar com a separação das condições naturais e organizar a produção de acordo com as necessidades humanas de uma forma alternativa que não dependa da acumulação de capital? Como produzir acumulação a partir de baixo? Se o socialista não consegue desfazer estes acordos sociais de produção, mas apenas colocá-los sob o seu controle ao implementar um certo tipo de capitalismo, é possível que a resposta se encontre noutro lugar.

A resposta poderá estar na criação de um tipo de valorização social dos produtos e numa acumulação que seja diferente da forma capitalista, uma que represente a contribuição da natureza para a criação de valores de uso. Esta valorização, por sua vez, depende da forma como a produção e os mercados estão organizados, do vínculo do trabalhador às condições naturais e da definição das necessidades humanas. Isto é precisamente o que a agroecologia faz. Quando falo da autonomia dos camponeses, refiro-me principalmente à autonomia para produzir, em ligação com as condições ambientais específicas da sua terra, em vez de depender do capital externo e de produtos químicos. Isto anda de mãos dadas, obrigatoriamente, com um alto nível de soberania política local, o que, por sua vez, leva a repensar a natureza do Estado como um poder político centralizado. A autonomia na produção, porém, não alcançaria os seus objetivos se os bens produzidos ainda tivessem de ser regulados pelo mercado.

É por isso que o terceiro elemento da agroecologia consiste na promoção dos mercados locais, para que a produção se direcione para as necessidades locais. A escala destes mercados locais, porém, está por definir, e a melhor opção poderia ser a organização de mercados adequados em nível nacional. Por fim, o papel do conhecimento indígena é de extrema importância na agroecologia, tanto para parar de depender dos pacotes tecnológicos importados e para melhor servir as práticas agrícolas nas condições ambientais específicas de cada local<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Ver também Ploeg (1990).

Portanto, o valor e o dinheiro não só são extraídos formalmente das distinções e relações ambientais qualitativas; também valorizam a natureza de forma a permitir a sua divisão ou fragmentação artificial. Marx expressa esta fragmentação em termos do “efeito dissolvente do dinheiro”, que ocorre sempre que o dinheiro funciona como “uma forma de fragmentar a propriedade” que, de outra forma, constituiria “uma massa de objetos impermutáveis e inalienáveis” [...] Porém, esta fragmentação não tem de acarretar um preço monetário explícito; também pode ocorrer através da apropriação livre das condições naturais por parte do capital. Ambas as formas de fragmentação da natureza são condicionais e reforçam a desqualificação do valor das diversidades e interligações naturais e das relações pessoas-natureza (BURKETT, 1999, p. 86).

A partir desta citação, podemos observar outro elemento antiecológico da produção capitalista, que não discuti neste capítulo, mas que é de grande importância para a agricultura e para a agroecologia. A produção capitalista implica a subdivisão dos processos naturais que são, na realidade, unidades profundamente interligadas e interdependentes. A quebra destas ligações, mais uma vez, leva a um processo de produção ambientalmente destrutivo. Ao se focar no conhecimento indígena e na adaptação de técnicas agrícolas às condições ambientais locais sem a aplicação de químicos na terra, a agroecologia também recupera a abordagem holística do ecossistema em relação ao processo de produção. Todos estes elementos de produção e de comercialização alternativa implicariam, na prática, o desmantelamento do modo de produção capitalista desde a sua essência, pelo menos no setor agrícola. Isto não significa que o capitalismo acabaria, uma vez que apenas se trata de uma alternativa setorial. Outros setores tão importantes, como a produção de energia ou a indústria e serviços, não encontram alternativas na agroecologia. No entanto, a agricultura é possivelmente a atividade econômica mais importante, na medida em que satisfaz as necessidades humanas mais básicas. Assim, a importância da agroecologia para um sistema alternativo não

deveria ser subestimada relativamente à sua contribuição para a emancipação social, ou seja, ao colocar a autonomia no centro da organização social, por oposição à alienação.

## Conclusões

Neste capítulo, estabeleci uma concepção social e materialista da natureza, com o objetivo de explicar alguns dos elementos de uma construção social em particular relativamente à natureza, nomeadamente a capitalista, que impõe uma relação exploradora e autodestrutiva entre a sociedade e a natureza. Também tentei expor um determinado conjunto de práticas que, teoricamente, desagregariam essa forma capitalista na qual a natureza foi historicamente construída. Estes conjuntos de práticas, sob a alçada da agroecologia, debruçam-se sobre os elementos capitalistas da produção que já foram discutidos e, por oposição, propõem alternativas possíveis a cada um deles. No entanto, convém destacar que existiram, e ainda existem, outras construções sociais sobre a natureza. Como referido pelas *Epistemologías del Sur* (SANTOS, 2014), estas outras construções sociais sobre a natureza seguem princípios muito diferentes dos capitalistas, estão organizadas em torno de objetivos diferentes e implicam cosmovisões completamente diferentes, incluindo a concepção da natureza como uma questão de direitos, por exemplo (SANTOS, 2013).

Não obstante que estas outras concepções da natureza sejam, mesmo assim, construções sociais/históricas, e não as querendo romantizar ao esquecer o fato de que estão sujeitas às características materiais da natureza, tal como a concepção capitalista, o seu valor enquanto detentoras de alternativas ao capitalismo é inegável. As diferentes construções sociais sobre a natureza não são construídas em torno do objetivo geral de reproduzir o capital; muitas delas são construções sociais, cujo principal objetivo é satisfazer as necessidades humanas de uma

forma socialmente justa e ambientalmente sustentável. Algumas destas concepções sobre a natureza incluem as características gerais da agroecologia apresentadas anteriormente, ainda que tenham a tendência para as explicarem de formas culturalmente diferentes, por meios diferentes, seja através de crenças religiosas, da personificação de elementos naturais e outras mais. A questão é que estas construções sociais não são construídas em torno do objetivo único de gerar lucro e de reproduzir capital, mas em torno das necessidades humanas e do objetivo de garantir a sobrevivência e o bem-estar material de grupos humanos.

Garantidamente, de um ponto de vista totalmente ateuista (ou não essencialista), a natureza não tem consciência, nem se importa com a perda de biodiversidade, com a extinção em massa ou com a desertificação. Continuará a existir de qualquer forma, conosco ou sem nós. A questão da sustentabilidade ambiental é o nosso próprio objetivo enquanto seres humanos, é do nosso interesse. Quer seja conceptualizada nestes termos ateístas ou imbuída de uma mistificação da natureza (ou qualquer outra forma de natureza socialmente construída), não deve ser, na minha opinião, uma questão a ser julgada. Em vez disso, estas outras construções sociais sobre a natureza (ou, seguindo este raciocínio, sobre outra coisa qualquer) não devem ser julgadas relativamente a quão científicas são, mas sim de acordo com o seu poder explanatório num sentido social e prático, ou seja, segundo a sua capacidade de moldar relações sustentáveis e de proporcionar felicidade humana social. Como afirma Boaventura Sousa Santos (2014, p. 45) quando propõe uma forma de valorizar a ciência de uma forma socialmente construtiva, é uma questão “do tipo de intervenção no mundo que ela permite ou impede”.

A agroecologia, por sua vez, tenta identificar alguns elementos estruturais que precisam ser tidos em consideração para se construir uma relação com a natureza caracterizada pela sustentabilidade ambiental e direcionada para a satisfação das necessidades humanas

e para os direitos humanos, em vez de para as necessidades que perpetuam o conjunto de relações sociais capitalistas. Estes elementos, e provavelmente muitos mais, já estão presentes noutras concepções da natureza, talvez não científicas, mas ainda assim capazes de permitir um tipo de intervenção no mundo caracterizado pela sustentabilidade e pela justiça social. De fato, pode-se argumentar que esta abordagem, ao colocar a autonomia dos camponeses na essência da produção e ao promover a agroecologia como uma forma de produção caracteristicamente humana, implica uma visão diferente dos direitos humanos, uma que não se esvazie na prática através da priorização do lucro em detrimento da dignidade humana.

## REFERÊNCIAS

BURKETT, Paul. **Marx and Nature**. A red and green perspective. New York: St. Martin's Press, 1999.

DAVIS, Angela Y. **Women, Race and Class**. New York: Vintage Books, 1983.

FOSTER, John B. **Marx's Ecology**. New York: Monthly Review Press, 2000.

GODELIER, Maurice. Introducción: análisis de los procesos de transición. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, v. XXXIX, n. 4, p. 5-16, 1987.

GUHA, Ramachandra; MARTÍNEZ ALIER, Joan. **Varieties of Environmentalism: essays north and south**. London: Routledge, 2013.

HARVEY, David. **The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism**. London: Profile Books, 2011.

KLEIN, Naomi. **This Changes Everything**. Capitalism *vs* the climate. Toronto: Knopf Canada, 2014.

MARX, Karl. **El Capital**. Crítica de la Economía Política. Libro Primero. El Proceso de Producción del Capital. Madrid: Siglo XXI, 2010 [1867]. Vol. I. Tradução de Pedro Scarón.

MARX, Karl. **Prólogo a la Contribución a la Crítica de la Economía Política**. 2001 [1859]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/m-e/1850s/criteconpol.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

MOYO, Sam. Land in the Political Economy of African Development: alternative strategies for reform. **Africa Development**, v. 32, n. 4, p. 1-34, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4314/ad.v32i4.57319>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

NYERERE, Julius K. **Ujamaa**. Essays on socialism. Dar es Salaam: Oxford University Press, 1968.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sistemas de Conocimiento, Metáfora y Campo de Acción: el caso del cultivo de la patata en el altiplano peruano. **Agricultura y Sociedad**, v. 56, p. 143-166, 1990.  
Disponível em: <[http://www.mapama.gob.es/ministerio/pags/biblioteca/revistas/pdf\\_ays/a056\\_04.pdf](http://www.mapama.gob.es/ministerio/pags/biblioteca/revistas/pdf_ays/a056_04.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2017.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation**. The political and economic origins of our time. Boston: Bacon Press, 2001 [1944].

REYES, Luis G. ¿El Fin del Capitalismo? 2016. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=214255>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Sumaj Kamaña and the Rights of the Pachamama. In: CRÉPEAU, François; SHEPPARD, Colleen (Org.). **Human Rights and Diverse Societies**: challenges and possibilities. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013. p. 173-179.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Más allá del Pensamiento Abismal: delas líneas globales a una ecología de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologías del Sur** (Perspectivas). Madrid: Akal, 2014. p. 21-66.